**AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ENTRE O ESCRITO E O FEITO**

Paula Cristina Ribeiro de Alvarenga; UNICID;[**aluap.alvarenga13@gmail.com**](mailto:aluap.alvarenga13@gmail.com)

MarivaBarroso de Oliveira Paiva ; UNICID;[**prof.mariva@gmail.com**](mailto:prof.mariva@gmail.com)

Rosângela Pinheiro Leandro; UNICID;[**diretora.rosangela.rgt@gmail.com**](mailto:diretora.rosangela.rgt@gmail.com)

**Resumo**

O estudo, em andamento, tem como objetivo analisar como se configura o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecido aos alunos da Educação Infantil (EI), em um município, na Rede de Ensino Municipal. A realização deste estudo utilizará a abordagem qualitativa e documental e abrangerá três momentos: no primeiro, a formulação do *corpus* teórico; no segundo momento, analisar-se-á as diretrizes legais e os documentos oficiais do município; no terceiro momento, realizar-se-á a coleta de dados junto aos coordenadores e docentes, participantes da pesquisa, respondendo as questões norteadoras. Diante de algumas considerações preliminares, observa-se que em meio ao contexto histórico da Educação Infantil e a pluralidade de teorias, concepções, práticas e documentos legais, em que situamos as crianças com deficiência, ainda nos deparamos com concepções desviadas quanto à pedagogia para a Infância, não sendo prioridade nas políticas públicas.

**Palavras-chave**

1. Primeira Infância. (2) Atendimento Educacional Especializado. (3) Políticas Públicas de Educação Infantil. (4) Políticas Públicas de Educação Especial.

**Introdução**

Conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é o serviço de apoio da Educação Especial ao Ensino Comum, o qual tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

O estudo desta pesquisa para o Mestrado Acadêmico em Educação, seguindo a Linha de pesquisa em Políticas Públicas (em andamento), tem como razão principal tratar sobre o serviço de AEE oferecido aos alunos da Educação Infantil na Rede Municipal, apresentando os desafios e impasses, os quais necessitam ser alinhados, por uma organização de ordem pedagógica e administrativa, apoiada nas normativas das instâncias burocrático-legais do sistema educacional.

**Justificativa e Problemas da Pesquisa**

O tema deste estudo de pesquisa pautou-se da necessidade observada na prática pedagógica no Atendimento Educacional Especializado, com a atuação em uma escola municipal, identificando que há uma limitação e fragilidade na atuação do professor de AEE diante das frentes de trabalho, previstas nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o AEE na Educação Básica; não considerando a especificidade dos diferentes níveis de ensino e atenção ao foco das necessidades e possibilidades dos alunos públicos alvo da Educação Especial.

**Objetivos da Pesquisa**

Objetivo geral**:** Analisar como se configura o serviço de Atendimento Educacional Especializado, oferecido aos alunos na Educação Infantil de uma Rede de Ensino Municipal.

Objetivos Específicos**: a)** Identificar as políticas públicas da Educação Especial do município em estudo às crianças com deficiências, menores de seis anos no sistema municipal de ensino (Primeira Etapa da Educação Básica); b) Suscitar reflexões em torno da inclusão na Educação Infantil, articuladas às concepções de crianças e infâncias que permeiam as práticas pedagógicas direcionadas para esse público, com os docentes do AEE e da EI; c) Constatar e descrever como acontece a articulação entre os docentes do Atendimento Educacional Especializado e Educação Infantil.

**Referencial Teórico**

A fundamentação teórica do estudo será embasada nas proposições da abordagem proposta, tratando dos artigos científicos que apresentem aproximações com a temática investigada: Primeira Infância, Atendimento Educacional Especializado, Políticas Públicas de Educação Especial e de Educação Infantil, estabelecendo um diálogo com os autores teóricos, cujas análises e reflexões serão utilizadas para subsidiar a pesquisa, correlacionando com as práticas observadas e evidenciadas no município em estudo, referente às políticas públicas educacionais.

Entre os autores escolhidos, Mazzotta (1982, 2011) que sinaliza a educação pré-escolar, como uma oportunidade de interação e desenvolvimento global, intelectual e social e analisa as políticas públicas de educação de pessoas com deficiências, oferecendo importantes subsídios para reformulação da política de educação especial, com análise das políticas estaduais e municipais. E para tratar sobre a constituição do apoio especializado desde a educação infantil, apoiadas na pesquisa de campo e nos estudos de produção acadêmica, indicados no quadro teórico da pesquisa, os autores Catanhoto (2014), Amorim (2015), Benincasa e Meirelles (2016), Santos (2018), entre outros.

**Procedimentos Metodológicos**

A realização deste estudo abrangerá três momentos: no primeiro, a formulação do *corpus* teórico, cujas abordagens estão relacionadas aos estudos sobre o Atendimento Educacional Especializado e as especificidades da Educação Infantil e da Educação Especial. No segundo momento, analisar-se-á as diretrizes legais e os documentos oficiais do município, que norteiam o funcionamento do AEE e o desenvolvimento das práticas pedagógicas à criança público-alvo da educação especial. No terceiro momento, realizar-se-á a coleta de dados junto aos coordenadores e docentes, participantes da pesquisa das escolas Indicadas, respondendo algumas questões centrais, referentes ao Atendimento Educacional Especializado e Educação Infantil à criança público-alvo da educação especial. Esta pesquisa utilizará a abordagem qualitativa e documental. A coleta de dados do estudo será por meio de: observação participante e entrevistas semiestruturadas segundo os autores Bogdan e Biklen (1994); o Grupo Focal, segundo Gatti (2005), tem a sua constituição e desenvolvimento em função do problema da pesquisa e o Estudo de Relato de Caso, que se pauta na aprendizagem colaborativa em rede, a qual se fundamenta no Problem Based Learning (BRASIL, 2016).

**Resultados**

No percurso inicial do estudo da pesquisa, observou-se que será necessário apresentar além dos conceitos e concepções relacionadas à Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação infantil, apresentar um levantamento das legislações que tratem sobre o AEE, evidenciando as orientações para a Educação Infantil.

Quanto a este tópico será apresentado uma análise desse atendimento com base no que orienta a Nota Técnica Conjunta nº 02/2015/MEC/SECADI/DPEE – SEB/DICEI, a qual dispõe sobre a organização e a oferta do AEE para a educação infantil, concomitante a análise da Política de Educação Especial na perspectiva inclusiva do município em estudo, a fim de levantar e analisar todos os documentos orientadores existentes no município para o AEE nesta etapa da educação básica.

Ao analisar o campo da Educação Infantil, observa-se que a sua história é marcada pelo assistencialismo, sendo a princípio extremamente restrito no âmbito das políticas públicas, indicando poucas pesquisas sobre as práticas educativas no contexto infantil.

**Considerações**

São poucos estudos que versam sobre a temática do AEE na Educação Infantil, sendo assim este estudo tem como premissa descrever, analisar, identificar, aprimorar e implementar políticas públicas que formalizem o direito a educação e a valorização da Infância determinantes ao desenvolvimento infantil.

O AEE enquanto política pública pode contribuir para um ensino inclusivo na educação infantil, dando visibilidade a um público que, historicamente, continua na sua expressiva maioria à margem das políticas públicas de cunho educacional.

**Referências**

AMORIM, Gabriely Cabestré. **Organização e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil:** estudo de caso – Marília, 2015.

BENINCASA-MEIRELLES, Melina Chassot. **Educação infantil e atendimento educacional especializado:** configurações de serviços educativos no Brasil e na Itália. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. SECADI. **Nota Técnica nº 02 de 04 de agosto de 2015** - Orientações para a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil. Brasília, 2015.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação.** Trad. Maria João Alvarez, Sara B. dos Santos e Telma M. Baptista.Porto Editora, 1994.

COTONHOTO, L. A. 2014. **Currículo e atendimento educacional especializado na educação infantil: possibilidades e desafios à inclusão escolar**. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

**\_\_\_\_\_\_. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GOMES, R.V.B. **Políticas de inclusão escolar e estratégias pedagógicas no atendimento educacional especializado.** In: GOMES, R.V.B.; FIGUEIREDO, R.V.; SILVEIRA, S.M.P.; FACCIOLI, A.M; (Org.). Fortaleza: UFCE; Brasília: MC&C, 2016.p.: 192 il.

MAZZOTA, M. J. S. **Fundamentos da Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MAZZOTTA, Marcos J. S.. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed.. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

SANTOS, Fernanda Viannay Siqueira dos. **O Atendimento Educacional Especializado na educação infantil, enquanto política pública no município de Niterói**, 2018.